



INFLUÊNCIA DA DEPENDÊNCIA DA ESCOLA E SITUAÇÃO OCUPACIONAL NO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA E COMPORTAMENTO SEDENTÁRIO DE ESCOLARES BRASILEIROS

Mariana Luíza de Lima¹; Priscila Missaki Nakamura²

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi verificar a influência da dependência administrativa das escolas, da situação ocupacional e da frequência das aulas de Educação Física (EF) no nível de atividade física (AF) no lazer e comportamento sedentário (CS) de escolares brasileiros. Para isso, utilizou-se uma metodologia exploratória por meio da análise do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponível no site do IBGE da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE) do ano de 2015. A amostra foi composta por adolescentes do 9º ano do ensino fundamental, do ano letivo de 2015, de escolas públicas e privadas de todo o Brasil. Os adolescentes responderam a diversos questionários relacionados à saúde, incluindo as variáveis AF e CS. Concluímos que houve influência da dependência administrativa, situação ocupacional e frequência das aulas de EF no nível de atividade física de lazer e comportamento sedentário em adolescentes brasileiros.

Palavras-chave: Atividade física; Adolescentes; Banco de dados; Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Santana et al. (2021), a inatividade física se conceitua como prática de atividade física inferior a 60 minutos diários, deixando de totalizar 300 minutos semanais, nos seus quatro domínios: doméstico, ocupacional, lazer e deslocamento, sendo, este, “um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas” (CUREAU et al., 2016). Assim sendo, o PNUD (2017) aponta que a prática de atividade física é benéfica à saúde de crianças e adolescentes, tanto no campo da prevenção de doenças como na promoção da saúde.

Mielke (2012) explica que o sedentarismo é o excesso de comportamento sedentário e tem maior ocorrência entre o público adolescente e, vale lembrar que, o excesso de comportamento sedentário pode provocar malefícios como “obesidade, hipertensão arterial, hipercolesterolemia, autoestima comprometida e problemas de comportamento, baixa aptidão física e desempenho escolar” (CRISTOFOLETTI, 2018).

Sobre as atividades físicas realizadas no lazer, Rocha, Tribess e Virtuoso Júnior (2008) expõem que “a participação em atividades no tempo livre favorece a socialização, contribuindo para uma percepção otimista da qualidade de vida”.

Destarte, esse trabalho tem como objetivo verificar se a dependência administrativa da escola, a situação ocupacional e a frequência de dois ou mais dias na semana de aula de educação física influenciam na prática de atividade física e comportamento sedentário no lazer.

¹Bolsista PIBIC, IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. E-mail: marilima.juruaia@gmail.com.

²Orientadora, IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. E-mail: priscila.nakamura@muz.ifsuldeminas.edu.br.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo apresentou uma metodologia exploratória e utilizou o banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponível no site do IBGE da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) do ano de 2015.

A amostra do estudo foi composta por escolares do 9º ano do ensino fundamental, do ano letivo de 2015, regularmente matriculados em escolas públicas e privadas de todo o território nacional.

A coleta de dados foi realizada através do preenchimento de questionários referentes ao nível de AF, CS e participação nas aulas de EF escolar, ocorrendo entre abril e setembro de 2015, sendo coletado um total de 102.072 questionários considerados válidos.

Para análise estatística, foi realizada a análise de qui-quadrado com correção de Fisher, mediana e correlação de Spearman. Todas as análises foram realizadas no STATA versão 17.0 com $p < 0,05$

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em nossos resultados, encontramos maior prevalência de atividade física acumulada em 7 dias anteriores à pesquisa em alunos de escolas públicas, quando comparados aos alunos de escolas particulares. E, em concordância, o percentual de escolares que costumam fazer atividades em comportamento sedentário, por mais de 3 horas semanais, foi superior em alunos de escolas particulares, quando comparados aos de escolas públicas.

Segundo Oliveira et al. (2010), uma possível justificativa para tal resultado seja o maior tempo dedicado por alunos de escolas públicas a formas de lazer gratuitas, como brincadeiras de rua e deslocamento ativo para a escola, além de, muitas vezes, assumirem tarefas domésticas, funções das quais os alunos de escolas particulares, podem estar desobrigados.

Corroborando, Ribeiro, Santos e Menezes (2021) pontuam que adolescentes que possuem pais com maior grau de instrução são mais incentivados a dedicarem mais tempo aos estudos e, ademais, o nível socioeconômico pode favorecer as atividades sedentárias, uma vez que esses adolescentes terão mais facilidade de acesso a aparelhos eletrônicos, como computadores e videogames, condicionando, também, além das horas de estudos, o lazer sedentário.

Sobre a oferta de aulas de educação física nas escolas, duas ou mais vezes por semana, em nossos achados, encontramos maior percentual nas escolas públicas, o que, segundo Prado et al. (2018), está de acordo com a Lei Federal (PLS 249/12), que exige aulas de educação física nas escolas, no mínimo, duas vezes por semana.

Com relação à influência da situação ocupacional, encontramos relação positiva à prática de atividade física, dados consistentes aos de Tenório et al. (2010), ao mencionarem, em seu estudo, que adolescentes que relataram trabalhar tendem a ser mais ativos fisicamente. Soma-se a isso, um trabalho de Lourenço et al. (2018), que corroboram ao relatarem que adolescentes que reportaram não possuir vínculo empregatício apresentaram chances aumentadas de exposição ao comportamento sedentário.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se que as escolas públicas apresentaram maiores prevalências do que as escolas privadas de escolares praticantes de mais de 300 minutos de AF e que apresentaram mais de dois dias de aulas de EF, respectivamente. Além disso, as escolas particulares apresentaram maior prevalência de comportamento sedentário quando comparadas com as escolas públicas. Houve associação positiva entre nível de AF e frequência de mais de duas vezes na semana de aulas de EF e houve associação negativa entre frequência das aulas de EF e CS para os escolares das escolas públicas.

Em relação à situação ocupacional, foi verificada uma correlação negativa entre a frequência de capitais que não trabalham com a frequência de AF de 300 minutos na semana. Além disso, também foi identificada uma correlação positiva entre a frequência de capitais que trabalham e recebem com a prática de AF. Sendo assim, houve influência da dependência administrativa e situação ocupacional com o nível de AF e CS em adolescentes brasileiros.

AGRADECIMENTOS

Ao IFSULDEMINAS- Campus Muzambinho, ao NIPE, pela concessão de bolsa para o desenvolvimento deste trabalho, na modalidade de iniciação científica.

REFERÊNCIAS

CHRISTOFOLETTI, Ana Elisa Miessetti. **Características de Aplicativos de Smartphones para a Redução do Comportamento Sedentário de Adolescentes no Tempo Livre**. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2018.

CUREAU, Felipe Vogt et al. ERICA: Inatividade física no lazer em adolescentes brasileiros. **Revista de Saúde Pública**, Porto Alegre, v. 1, n. 50, p. 79-90, 28 out. 2016.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 132 p.

LOURENÇO, Camilo L. M. et al. Comportamento sedentário em adolescentes: prevalência e fatores associados. **Revista Brasileira de Ciantropometria e Movimento**, São Paulo, v. 3, n. 26, p. 23-32, 13 nov. 2018.

MIELKE, G. I. **Comportamento sedentário em adultos**. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2012.

OLIVEIRA, Thiara Castro de et al. Atividade física e sedentarismo em escolares da rede pública e privada de ensino em São Luís. **Revista de Saúde Pública**, Santo André, v. 6, n. 44, p. 996-1004, 6 jun. 2010.

PRADO, Crisley Vanessa et al. Physical activity opportunities in public and private schools from Curitiba, Brazil. **Revista Brasileira de Ciantropometria e Desempenho Humano**, Matra, v. 3, n. 20, p. 290-299, 12 mar. 2018.

Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional. **Movimento é vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas**: 2017. Brasília: PNUD, 2017.

RIBEIRO, Davi Soares Santos; SANTOS, Lucas Souza; MENEZES, Aldemir Smith. Exposição ao comportamento sedentário e fatores associados em adolescentes do estado de Sergipe, Brasil. **Revista Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 60-68, 27 jan. 2021.

ROCHA, S. V.; TRIBESS, S.; VIRTUOSO JÚNIOR, J. S. Atividade física habitual e qualidade de vida de mulheres idosas com baixa condição econômica. **Revista de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 101-108, 2008.

SANTANA, Clara Pereira et al. Associação entre supervisão parental e comportamento sedentário e de inatividade física em adolescentes brasileiros. **Ciência e Saúde Coletiva**, Uberlândia, v. 2, n. 26, p. 569-580, jul. 2021.

TENÓRIO, Maria Cecília Marinho et al. Atividade física e comportamento sedentário em adolescentes estudantes do ensino médio. **Revista Brasileira Epidemiológica**, Recife, v. 13, n. 1, p.105-117, 2010.